presentes e futuras gerações, conforme determinação do art. 225 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a cidadania deve ser entendida como um agregado de direitos e garantias mínimas para a vida em sociedade, estando o meio ambiente inserido neste contexto como fator do bem estar-comum;

CONSIDERANDO a aplicação, em sede de Direito Ambiental, dos princípios cautelares da Prevenção e da Prevenção, consubstanciados na Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e a toda coletividade o dever de defender e preservar, para as presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida; **CONSIDERANDO** que a Lei nº 6.938/1981 dispõe que "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a **preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida**, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - **ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo**". (Destacamos);

CONSIDERANDO ser competência comum da União, Estados e Municípios a proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas.

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais) tipifica como crime ambiental "Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora";

CONSIDERANDO que deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental, também é conduta tipificada na Lei nº 9605/98, sujeitando o infrator a pena de detenção de 01 (um) a 03 (três) anos, e multa; **CONSIDERANDO** que o Código Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503/1997) estabelece que é infração administrativa a utilização de equipamento de som no veículo em volume ou frequência que não sejam autorizados pelo CONTRAN, conforme arts. 228 e 229;

CONSIDERANDO que, além da multa administrativa e da sanção civil, o art. 42 da Lei das Contravenções Penais estabelece punição de pena de prisão simples.

CONSIDERANDO que, para efeito de comprovação dos delitos relacionados à poluição sonora (art. 42, da Lei das Contravenções Penais e 54, da Lei de Crimes Ambientais), o uso do decibelímetro é desnecessário, sendo relevante a prova testemunhal e/ou documental (art. 158, CPP);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público, nos termos do art. 129, III, da CF, a promoção de ações públicas para a proteção dos interesses difusos e coletivos relacionados, entre outros, à defesa do meio ambiente, cabendo-lhe para tanto ajuizar as respectivas demandas, inclusive cautelar e a de execução de títulos judiciais e extrajudiciais, para a efetiva tutela desses direitos, conforme preceituam os arts. 4º, 5º e 21 da Lei 7347/85 e o art. 25, inc. IV, "a", da Lei 8.625/93;

RESOLVE:

I. **RECOMENDAR:**

1. **Ao MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS que:**

1.1. Notifique e autue, se necessário, os proprietários de carros de som volante (carros, caminhões e motos) que cometem excessos ou abusos, causando poluição sonora, nos termos da legislação federal e legislação municipal;

1.2. Informe ao Ministério Público Estadual, representado pela Promotoria de Justiça de São João de Pirabas sobre as providências tomadas diante desta Recomendação, no prazo máximo de 07 (sete) dias, visando subsidiar providências com relação ao fato em exame.

2. **Aos PARTIDOS POLÍTICOS e às COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS que:**

2.1. Cientifiquem os proprietários de veículos de som volante e/ou pessoas responsáveis pela propaganda eleitoral sonora, por eles contratados, dos termos da presente recomendação e que orientem eles a manter seus aparelhos de som nos limites autorizados pela legislação municipal e federal, bem como que a propaganda seja realizada dentro dos limites determinados pela legislação eleitoral (art. 10 e art. 54 da Resolução do TSE nº

23.404 e Resolução do TSE nº 23.390 – Calendário Eleitoral)

2.2. Informem ao Ministério Público Estadual, representado pela Promotoria de Justiça de São João de Pirabas-PA, sobre as providências tomadas diante desta Recomendação, no prazo máximo de 07 (sete) dias, visando subsidiar providências com relação ao fato em exame.

3. **Ao Ilustríssimo Senhor DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL de São João de Pirabas-Pa que:**

3.1 Em caráter de urgência: adote as medidas necessárias no sentido de garantir a integridade da saúde humana, determinando aos seus subordinados que atendam às solicitações que eventualmente vierem a ser solicitadas, seja diretamente, seja através do serviço telefônico, instaurando o procedimento policial pertinente.

4. **Ao COMANDO DO DESTACAMENTO DO MUNICÍPIO de São João de Pirabas – PA, para que:**

4.1. Tome as providências necessárias para que sejam **autuados** os proprietários dos veículos que estiverem com som alto, perturbando vizinho(s) e/ou a coletividade, **encaminhando-se o infrator à Delegacia de Polícia local** para lavratura do competente procedimento policial, bem como para que proceda à imediata **apreensão dos instrumentos sonoros**, inclusive dos veículos que os comportam, quando necessário;

4.2. Sejam realizadas fiscalizações constantes, inclusive por meio de *blitz*, mormente na área central de São João de Pirabas/PA, visando amenizar o transtorno causado aos moradores pelos infratores;

4.3. Informe ao Ministério Público Estadual, representado pela Promotoria de Justiça de São João de Pirabas - PA, sobre as providências tomadas diante desta Recomendação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, visando subsidiar providências com relação ao fato em exame.

II. **ADVERTIR** que o não acatamento dos termos desta Recomendação ensejará a adoção de medidas cíveis, criminais e administrativas, incluindo a responsabilização dos administradores diretos e agentes públicos responsáveis. Publique-se e intime-se.

São João de Pirabas-PA, 24 de setembro de 2014.

SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM SANCHEZ

Promotora de Justiça de 1ª Entrância e Promotora Eleitoral junto a 63ª Zona Eleitoral

RESULTADO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751472

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados o resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 048/2014-MP/PA, que tem como objeto o Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

- À vista da habilitação, foi declarada vencedora a empresa com os seguintes valores:

Grupo 01 - GTR GRAFICA E EDITORA LTDA - EPP - CNPJ:

83.875.377/0001-11 – Valor Global Estimado de R\$ 107.094,50;

Grupo 02 - GTR GRAFICA E EDITORA LTDA - EPP - CNPJ:

83.875.377/0001-11 – Valor Global Estimado de R\$ 25.014,00;

Valor estimado do certame: R\$ 132.108,50.

Belém(PA), 29 de setembro de 2014.

Andrea Mara Ciccio

Pregoeira

RECOMENDAÇÃO Nº 011/2014 –PJSP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751473

O Ministério Público do Estado do Pará, neste ato representado pelos Promotores de Justiça que abaixo subscrevem, com fulcro nos arts. 127 e 129, inciso II da Constituição Federal, e na Lei 8.429/1992 e,

CONSIDERANDO informações extraídas dos autos da Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 712-79.2012.6.14.0063, de que, nas últimas eleições municipais, homens vestidos de preto foram contratados por candidato ao cargo de prefeito para fazer segurança particular nos locais de votação, com o objetivo de intimidar eleitores, fato constatado pela promotora de justiça Dra. Érica Almeida, promotora eleitoral à época;

CONSIDERANDO que, dentre tais homens contratados para o serviço de segurança particular, alguns eram policiais militares; **CONSIDERANDO** os princípios da moralidade e impessoalidade constante no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO as disposições pertinentes na Legislação Eleitoral que proíbem a participação de servidor público em

campanha de cunho eleitoral, ressalvados os casos por ela expressos;

CONSIDERANDO que a administração de todo o processo eleitoral compete à Justiça Eleitoral, bem como que o pleito eleitoral se avizinha;

CONSIDERANDO que a contratação de seguranças particulares por ente público nas condições descritas nos referidos autos pode caracterizar ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que esse tipo de contratação por ente público pode também ter conotação de ilícito eleitoral, cuja caracterização ensejará o envio de cópia destes autos ao Procurador Regional Eleitoral;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 127, *caput*, da Constituição Federal, que estabelece ser incumbência do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 129, VII, da Constituição Federal, que estabeleceu ser função institucional do Ministério Público o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar;

CONSIDERANDO o disposto no art. 178, *caput*, e art. 182, I e VII, ambos da Constituição do Estado do Pará, que estabelecem ser atribuições do *Parquet* Estadual as mesmas previstas no Texto Constitucional de 1988, referidas acima;

CONSIDERANDO o disposto no art. 80, da Lei 8.625, de 1993, *c/c* o disposto no art. 9 da Lei Complementar nº 75 de 1993, que dispões sobre o controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público da União, que tem aplicação na esfera estadual, vez que o art. 80 da Lei 8.625, de 1993 determina a aplicação ao Ministério Público do Estado as normas da Lei Orgânica do Ministério Público da União;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, inciso IX da Resolução 20 de 2007, elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, a qual objetiva regulamentar o art. 9º da Lei Complementar nº 75 de 1993 e art. 80, da Lei 8.625, de 1993, que definiu como atividade para o exercício e resultado do controle externo da atividade policial expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços policiais;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 11 de 2011, elaborada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado, instrumento normativo que regulamenta o controle externo da atividade policial a ser desempenhado por este Órgão Ministerial e que no art. 4º, inciso IX, definiu como atividade para o exercício e resultado do controle externo concentrado da atividade policial expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços policiais;

RECOMENDA:

1. **Ao Ilustríssimo Senhor DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL de São João de Pirabas que:**

Adote as medidas necessárias quando for noticiada a participação de servidor público em campanha de cunho eleitoral, ressalvados os casos por ela expressos, determinando aos seus subordinados que atendam às solicitações que eventualmente vierem a ser feitas, seja diretamente, seja através do serviço telefônico, instaurando o procedimento policial pertinente.

2. **Ao COMANDO DO DESTACAMENTO DO MUNICÍPIO de SALINÓPOLIS – PA, que:**

Confira ciência dos termos da presente recomendação aos policiais, proibindo a participação de policiais militares na segurança particular de candidatos ao próximo pleito, esclarecendo acerca das sanções e proibições em caso de transgressão a legislação eleitoral

3. **Aos PARTIDOS POLÍTICOS e às COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS que:**

Advirtam os respectivos candidatos da proibição de contratar servidor público para participar de campanha de cunho eleitoral, salvo os casos previstos em lei, bem como os cientifiquem do teor da presente recomendação;

Ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores que:

Adotem providências no sentido de esclarecer os servidores públicos acerca da proibição da participação deles em campanha de cunho eleitoral, salvo os casos previstos em lei, bem como tomar as providências legais no caso de ocorrência do ilícito.

No prazo de 07 (sete) dias, as partes deveram informar ao Ministério Público Eleitoral as providências adotadas para cumprimento da presente recomendação.